

ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CAPACIDADE ESTATAL NO CENÁRIO MUNDIAL

Laize Almeida de Oliveira
David Nogueira Silva Marzzoni
Ricardo Del Val Borges
Antonio Wairan da Silva Ferreira

Resumo:

A Capacidade estatal está em franca expansão na pesquisa científica, convertendo-se em uma resposta mais ampla para uma variedade de problemas, estando associada de forma positiva ao desenvolvimento econômico e político. O objetivo deste estudo foi investigar os trabalhos publicados sobre Capacidade Estatal no cenário mundial. Para isto desenvolveu-se uma pesquisa por meio da técnica de estudos bibliométricos, usando as ferramentas bibliometrix e Vos Viewer. Este artigo apresenta o mapeamento da ciência na base de dados Web Of Science no período de 2011 a setembro de 2020. Foram selecionados 160 artigos publicados em periódicos revisados por pares. Os resultados identificam os Estados Unidos como centro de pesquisa sobre capacidade estatal. As instituições que mais produzem estão no Reino Unido. O autor mais influente reinserse, é pesquisador da Universidade de Cambridge. Nota-se, portanto, que mesmo os Estados Unidos sendo o principal produtor no tema em questão, os principais pensadores se encontram afiliados a instituições do Reino Unido.

Palavras-chave: Capacidade Estatal; Bibliometria; Análise de Redes; Colaboração Científica.

1 INTRODUÇÃO

A capacidade estatal é dotada de multiplicidade de definições. Frequentemente usada para conceituar a força causal entre as políticas do governo e sua busca por alcançar resultados (LINDVALL; TEORELL, 2016). Para Lee (2019), é a capacidade do estado converte-se em uma resposta mais ampla para uma variedade de problemas políticos. De uma forma geral conceitua a capacidade do estado como aptidão a monitorar o comportamento de seus cidadãos (Lee, 2019).

Em seus estudos sobre capacidade do estado Hanson & Sigman (2013) trazem algumas fraquezas chaves que os norteiam na busca de conceituar a capacidade do estado e que julgam fundamentais para solucionar o problema de multi definições que cerca a definição de capacidade estatal. Primeiramente expõe na literatura que capacidade estatal é direcionada a explicar o desenvolvimento dos estados focado em uma determinada região (GOMIDE, PEREIRA, 2018; WU, RAMESH, HOWLETT, 2015). Em seguida argumentam que pesquisadores que se voltam conceitualmente a estudos sobre desenvolvimento do estado enfrentam uma grande dificuldade em pesquisas empíricas (HANSON, SIGMAN, 2013).

Para Lee (2019) independente dos motivos, a capacidade do estado está associada de forma positiva ao desenvolvimento econômico e político. Especialmente por exercer seu papel na diminuição de conflitos sociais e de crimes (DARGENT, FELDMANN, LUNA, 2017; ROBERTI, 2019). Os estados que são denominados como estados com alta capacidade

usufruem destes mecanismos que os auxilia na redução dos desperdícios econômicos e geram investimentos (ROBERTI, 2019).

Para Cingolani, Thomsson e Crombrugghe (2015) é notória a relevância da capacidade estatal para o desenvolvimento. Mas dada sua importância dentro da literatura que aborda o conflito, direcionado a economias emergentes ou desenvolvidas, é relevante também em governos falidos ou fracos e na sua inexistência de executar capacidade coercitiva (CINGOLANI, et al., 2015), por exemplo o estudo realizado por Olvera e Avellaneda (2019) com o governo local no México que identificaram na função do gestor no interior de uma organização está atrelada a sua capacidade de filtrar, armazenar, processar e agir de uma forma coerente e pertinente.

Diante da pluralidade conceitual de capacidade estatal que em muitos casos causam uma aplicabilidade arbitrária, dificultando o desenvolvimento da teoria a questão que norteia esta investigação é verificar o perfil e a evolução do tema capacidade estatal no cenário mundial no período de 2011 a 2020. Respondendo aos seguintes questionamentos: (i) quais os países com maior produção científica? (ii) quais as instituições mais produtivas? (iii) qual a evolução do tema? (iv) quais as obras de maior impacto?

Portanto, o objetivo deste estudo é investigar a produção científica publicada sobre capacidade estatal no cenário mundial no período de 2011 a 2020. A principal contribuição deste estudo está em transcrever características do tema capacidade estatal no período de análise. Contribuindo para levantar o “estado da arte” na literatura científica nos últimos 10 anos. Espera-se contribuir para o avanço do conhecimento, orientando outros pesquisadores em investigações e identificação de oportunidades especialmente de instituições de ensino superior público em que se encontra o mais importante sustentáculo institucional tanto para formação de pesquisadores quanto para pesquisa, levando a um novo campo de pesquisa para área da administração pública proporcionando maiores e mais relevantes produções acadêmicas.

Para abordar a questão acima mencionada o presente estudo estrutura-se em cinco seções. Além desta introdução e das referências, a seção dois aborda a fundamentação teórica, traz o tema de capacidade estatal e sua estrutura conceitual. Na seção três apresenta-se a metodologia da pesquisa, na quarta seção traz a análise dos resultados e na seção cinco as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Capacidade Estatal

A capacidade estatal tem recebido atenção dos pesquisadores nos últimos anos, mas advém do movimento ‘estatista’ sua corrente teórica, datada dos anos 70 e 80, surgindo da sociologia política com destaque aos trabalhos de Skocpol (2014). Embora todo o movimento envolto da capacidade estatal venha de abordagens marxistas e pluralistas que aborda o estado como uma abundância de atores sociais que buscam próprio interesse, este movimento encontra oposição mesmo dentro do estatismo ao argumentar que o estado estando sob determinadas condições torna-se autônomo e independente das classes sociais (CINGOLANI, et al., 2015).

Desde então, o conceito de capacidade estatal é visto na literatura em franca expansão. Para (CINGOLANI, 2013 p. 27) “a pesquisa sobre a capacidade do estado está florescendo rapidamente, talvez mais rápido do que o necessário para alcançar consistência e validade de construto”. Deixando no passado a visão com ênfase nas ideias iniciais burocráticas de Weber de implementação de políticas para o desenvolvimento

industrial, dando lugar a definição de capacidade estatal aplicadas a uma diversidade de temáticas (GOMIDE, PEREIRA, 2018).

Autores no cenário internacional Hanson & Sigman (2013); Wu, et al., (2015) argumentam a importância do estudo sobre capacidade do estado voltado para o desenvolvimento. A exemplo de Lee (2019) que em sua pesquisa sobre “Terra, capacidade do Estado e colonialismo: evidência da Índia” sugere que é positiva e forte as medidas de capacidade do estado em relação aos rendimentos agrícolas e insumos da Índia do final do século 20. Os resultados deste estudo vêm fortalecer a relevância que possui o domínio colonial ao influenciar a capacidade do estado da atualidade rumo ao desenvolvimento (LEE, 2019).

Para reforçar suas evidências Lee (2019) ainda critica o fato de pesquisadores especialmente de estados africanos atribuírem muitos dos problemas enfrentados somente as consequências deixadas pelo período colonial. Pouco se fez em relação a medir a capacidade do estado dentro de seu território ou até mesmo explicar as variações ocorridas dentro do país. O que acontece de modo semelhante com os estados indianos que se preocupam em estudar como grupos sociais ou representantes de classes influenciam a política e por vez esquecem de utilizar a capacidade do estado para alavancar a implementação de políticas (LEE, 2019).

Ainda ao descrever o cenário internacional sobre as capacidade do estado em contraposição a sua submissão ao desenvolvimento, apresenta-se uma nova abordagem trazida nos estudos realizados por Dargent, et al. (2017) sobre a capacidade do estado no período do “boom” de commodities que levou a um estrondoso crescimento econômico no Peru em um momento que as elites políticas investem grandes quantias no desenvolvimento da capacidade do estado, permitindo mecanismos causais em um longo período em que as taxas de crescimento econômico impulsionaram de forma positiva e forte a capacidade do estado. Fato este oposto ao que se vê na literatura sobre o direcionamento da capacidade do estado na América Latina (DARGENT, et al., 2017).

Neste sentido os autores Dargent, et al. (2017) argumentam que é necessário abstrair-se da abordagem coercitiva da capacidade estatal e focar em uma análise mais relacional capaz de medir a força do estado em relação a atores não estatais que em muitas circunstâncias desafiam a autonomia do estado em muitos contextos locais. No entanto, é preciso aderir a uma nova perspectiva relacional sobre capacidade estatal em um cenário político-econômico. Aqui representado pelo conceito de (EVANS, 1993) que diferencia o estado “desenvolvimentista” do estado “predatório”.

No entanto, o caso peruano não se aplica a nenhum destes conceitos pois o crescimento econômico do qual é citado está inserido em um contexto em que as elites políticas estiveram à frente do governo no período mais longo da história do Peru e um ponto chave foi a decisão de investir no desenvolvimento da capacidade do estado, para ilustrar que o crescimento econômico pode levar ao fortalecimento institucional de um estado fraco (DARGENT, et al., 2017).

Contrário a este pensamento Lindvall e Teorell (2016) acredita que este foco seja muito estreito na literatura em que o Estado faz investimentos na capacidade do estado em cidades que estejam em expansão econômica, como o caso peruano. Para tanto, enfatizam que a sua linha de pensamento segue a de Besley e Persson (2011) que acreditam que capacidade estatal é sobre os motivos pelo qual o Estado tem para agir, exemplificado no sentido do crescimento econômico embora não seja a única razão (LINDVALL, TEORELL, 2016).

Este estudo é um exemplo de tipos de inter-relacionamentos que estão cada dia mais presente em pesquisas sobre a capacidade do estado. É importante salientar que a

capacidade relacional se dá por meio da capacidade que é produzida em conjunto as ações do estado e a interação com dinâmicas sociais Dargent *et al.*, (2017); Hanson e Sigman (2013). Os resultados destes esforços mostram que a flexibilidade é preponderante para alavancar a efetividade e autonomia do estado (DARGENT *et al.*, 2017).

Muito se discute sobre a capacidade estatal ser multifacetária, o que exige estudos empíricos que demonstrem sua legitimidade. Assim, como os estudos de Hartley e Jarvis (2020) que analisou a capacidade do estado frente a resposta à crise da COVID-19 na cidade de Hong Kong. No ápice da pandemia a população se encontrava em uma profunda divisão social, e o governo enfrentava duras desconfianças e ambiente hostil devido as falhas de medidas adotadas na saúde pública, um potencial para propagação do vírus e negação da capacidade de estado. Um importante fato que realça a resposta de Hong Kong à pandemia COVID-19 é o justamente a crise anterior da SARS, mas que contribuiu para deixar resíduos de consciência à população, e ao governo em certo modo por estabelecer a necessidade de protocolos e assim reestruturar a saúde pública em Hong Kong (HARTLEY, JARVIS, 2020).

Para Hartley e Jarvis (2020) capacidade do estado e legitimação caminham lado a lado, introduzindo assim o conceito de capacidade de legitimação com o objetivo de enaltecer a visão de capacidade político-sistêmica, em busca do entendimento da confiança da população nas instituições burocráticas, enfatizando que nesta seara não se leva mais em consideração somente características administrativas do estado como única razão que leva a eficácia à capacidade estatal (HARTLEY, JARVIS, 2020).

No cenário nacional Gomide & Pereira (2018) em seu estudo voltado para discussão das “capacidades do estado brasileiro, notadamente do Poder Executivo Federal, para produzir políticas de infraestrutura eficientes” argumenta que o Estado com baixa autonomia impele a qualificação técnica das instituições burocráticas do Governo Federal, assim como as relações de burocracia entre sociedade local e a elite do Governo Federal, sugere que a existência de agências de regulação e controle encontram-se em estado precário. Situação impeditiva para construção de ações de capacidade no governo que gera eficiência e legitimidade (GOMIDE E PEREIRA, 2018).

Sob esta ótica Gomide e Pereira (2018) sugerem que a capacidade estatal deixou no passado uma aplicabilidade de forma mais efetiva vinculado a aspectos burocráticos como da visão weberiana com intuito de implementar políticas de desenvolvimento, tornando-se uma temática em expansão. Ainda seguindo este pensamento Gomide e Pereira (2018) sugerem que pesquisas empíricas precisam ser voltadas para o campo de governança e políticas de infraestrutura no sentido de proporcionar melhorias não só por meio de investimentos, mas por alavancar os resultados (GOMIDE, PEREIRA, 2018).

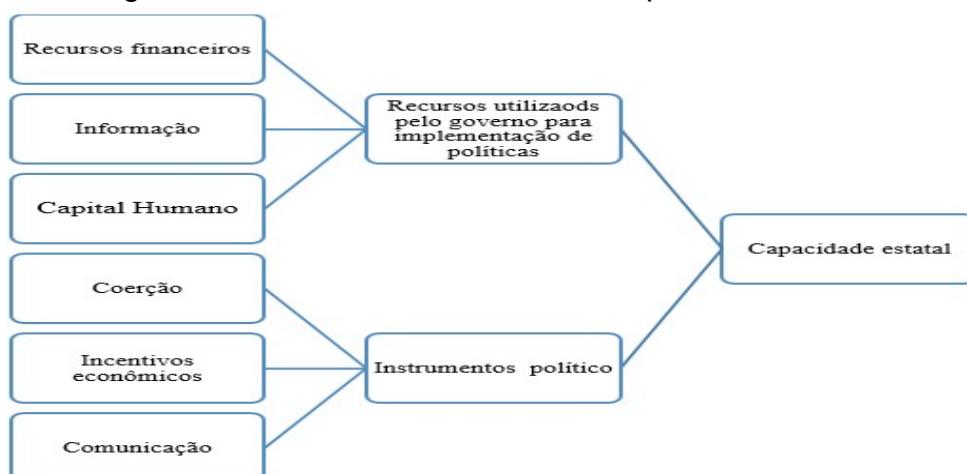
Neste aspecto, é relevante termos o entendimento que as capacidades estatais não constituem em si um aglomerado de quesitos que são fixos e atemporais. É importante ressaltar que elas variam no tempo, de acordo o espaço e a área em que esteja atuando Cardenas, Eslava, & Ramirez (2016). Neste sentido, o Estado que em suma possui capacidade autoritária alta em um tempo passado, pode enfraquecer-se no tempo presente com surgimento de oposição política (CARDENAS *et al.*, 2016). Seguindo esta direção em um governo nacional pode apresentar diferentes capacidades em seus entes federativos (GOMIDE, 2016).

Segundo Cardoso e Marenco (2019) essa multiplicidade atribuída a definição de “capacidades estatais” acabou por associar o conceito a inúmeras dimensões lhe conferindo uma preferência de mecanismos essenciais para abastecer conceitualmente a capacidade estatal de meios como a coerção, leis e a burocracia administrativa. Estando relacionada aos efeitos que produzem a sua disponibilidade, que podemos citar como

ampliação da arrecadação fiscal, seu potencial para regulamentar os investimentos, assim como, a oferta de serviços públicos e legitimidade política (MARENCO, 2017).

Desse modo, é importante concentrar-se em princípios que possam focar nas dimensões essenciais para o entendimento de capacidade estatal. Utilizaremos a partir de agora uma abordagem segundo a visão e estudos de Lindvall e Teorell (2016) que se debruçam no desenvolvimento de um argumento teórico sobre os recursos utilizados pelo estado quando implementam políticas. A Figura 1 elucida a construção da estrutura conceitual sobre a capacidade estatal desenvolvida neste estudo.

Figura 1. Estrutura conceitual sobre capacidade estatal



Fonte: Elaborado pelos autores – a partir de informações de (LINDVALL, TEORELL, 2016).

Conforme demonstrado na Figura 1 ao direcionar os recursos financeiros, os recursos humanos e de informação se relacionam com os três principais instrumentos políticos que o governo utiliza quando controla território e população: coerção, incentivos econômicos e propaganda (LINDVALL, TEORELL, 2016). Cada um destes recursos está disposto a seguir para melhor entendimento.

2.2 Recursos utilizados pelo governo para implementação de políticas

Para Lindvall e Teorell (2016) os principais recursos utilizados pelo governo podem aumentar a capacidade do estado. Portanto, os recursos financeiros, o capital humano e a informação podem elevar a relação causal entre políticas e resultados.

2.2.1 Recursos Financeiros

Os recursos financeiros como a receita, dinheiro ou recursos equivalentes gerados por uma instituição burocrática pode ser objeto de barganha e disputa. Para Marenco, Strohschoen e Joner (2017) pode se escolher uma política fiscal redistributiva por diferentes fatores sejam eles escassez de receita e baixos custos políticos. Em seu estudo sobre burocracia e tributação dos municípios brasileiros esclarecem que com a descentralização dos municípios com a Constituição de 1988 trouxe maior taxação própria e alavancou as transferências constitucionais tanto da União, Estados e municípios, aumentando assim a receita fiscal desses entes.

Semelhante ao caso do Chile, Piña e Avellaneda (2017) identificaram que os municípios chilenos possuem ampla autonomia fiscal e política, permitindo-os a financiar e

implementar políticas. Dada a importância das receitas para constituição financeira das organizações burocráticas na implementação de políticas é que muitos estudos detalham seu impacto para capacidade do estado como no estudo de (GOMIDE, 2016; OLVERA, AVELLANEDA, 2019). A receita dos municípios chilenos em grande parte é de impostos locais com um percentual de 60% e o restante de 40% advém de transferências de municípios de pequeno porte. Estes casos são reflexo de uma estrutura de receitas que compõem os municípios aqui retratado pelos municípios da América Latina (PIÑA E AVELLANEDA, 2017).

2.2.2 Informação

O processo de informatização e do acesso à informação são instrumentos importantes para alicerçar uma democracia em que não se tenha impedimentos para participação e oposição, sendo o componente vital da democracia e da capacidade estatal, direcionada a uma maior responsabilidade para o governo aos anseios da sociedade (POSSAMAI, MENEZES, 2015).

Visto que a informação pública não é claramente disseminada, embora haja uma luta por meio de reivindicações que já conseguiu muitas conquistas, a exemplo da lei de acesso à informação no Brasil, publicada em novembro de 2011 que veio como uma reparação a fatos históricos de abuso de poder como a negação do acesso a arquivos públicos como do caso da Guerrilha do Araguaia (Batista, 2012). Para Possamai e Menezes (2015) a informação pública não é só uma preocupação nacional é uma questão de suma importância no cenário internacional, sendo entendida muito mais que um bem público, mas um direito fundamental.

2.2.3 Capital Humano

Em grande parte dos estudos sobre capacidade utilizam indicadores sobre recursos humanos, mas direcionado a dimensão de pessoal administrativo. Outros estudos descritos na literatura relacionam a estabilidade de servidores com capacidade, demonstrando que o desempenho organizacional afeta positivamente o desempenho em recursos humanos (PIÑA, AVELLANEDA, 2017). Uma análise realizada por Boyne (2003) identificou que havia 26 estudos que explanaram sobre o capital humano tanto em quantidade como em qualidade e sua influência para o desempenho, sugerindo que quanto maior o investimento em recursos humanos maior a eficácia do governo (PIÑA, AVELLANEDA, 2017).

O capital humano inserido em uma organização burocrática faz parte de um Estado atualizado e é necessário para o bom funcionamento da máquina pública. Sendo valorizada aquelas instituições administrativas que selecionam seus servidores de acordo a educação e treinamento, designando uma recompensa aos que são mais leais e eficazes. Portanto, um desempenho administrativo com alta performance depende de investimento no capital humano o que não consegue ser construído a curto prazo, tornando assim um ativo muito importante para o Estado (LINDVALL, TEORELL, 2016).

2.3 Instrumentos político

As habilidades desenvolvidas pelos governos têm uma contrapartida advinda de organizações não governamentais. Segundo Wu, *et al.* (2015) essas organizações necessitam em sua funcionalidade política construir-se em detrimento da eficácia dos atores envolvidos neste processo que está muito além da capacidade de entendimento do

governo. Portanto, há um intenso envolvimento de organizações como por exemplo: partidos políticos, ONGs, empresas privadas, e ademais agências governamentais, que fazem parte do processo de política e da construção dos instrumentos políticos. Em suma as capacidades destas organizações influenciam a capacidade de desempenho do governo (WU, *et al.*, 2015).

2.3.1 Coerção

A coerção é tida como uma estratégia complementar aos meios de capacidade do estado. O elo entre capacidade estatal e os resultados de conflitos civis geram um laço que se complementam. Este equilíbrio segundo Roberti (2019) se deve aos investimentos de coerção que são complementos estratégicos à capacidade do estado, ou seja, a coerção e capacidade do estado ambas dependem uma da outra de forma positiva em duas direções. Primeiramente, a capacidade do estado alavanca a arrecadação de impostos, entretanto, a coerção eleva os custos de conflitos para população o que provoca um aumento da renda para o governo (ROBERTI, 2019).

Em segundo lugar, com a ausência do governo as possibilidades de conflitos civis aumentam, gerando maior ocorrência de rebelião por parte da população e com a capacidade do estado a probabilidade de conflito diminui e para gerar um equilíbrio é preciso uma maior coerção. Neste sentido, a coerção tem efeito positivo sobre a capacidade do estado, onde o poder do estado a princípio pode variar em diferentes dimensões, o controle sobre os conflitos é apenas uma (LINDVALL, TEORELL, 2016; ROBERTI, 2019).

2.3.2 Incentivos Econômicos

Os instrumentos de incentivos econômicos podem ser classificados como uma forma de taxa ou certificação de negociação e de forma indireta como impostos, prêmios subsídios e até mesmo insumos e produtos que apesar de ser um recurso complexo é mais flexível que o poder coercitivo (LINDVALL, TEORELL, 2016). Para (TRIGO, VIANNA, 2014) os incentivos econômicos permitem que as partes possam negociar. Ter acesso a estes instrumentos possibilitaria maior poder sobre os indivíduos, sendo os incentivos econômicos instrumento corretivo por um lado para eventuais desequilíbrios intrarregionais e por outro é tido como um instrumento adicional utilizado pela gestão pública como política de incentivo ao desenvolvimento e econômico e promoção regional (ALBA, 1998).

2.3.3 Propaganda

A definição de propaganda diz respeito a propagação ou promoção de ideias com o propósito de disseminar uma ideologia para difundir a audiência com determinado objetivo. Dessa forma, entende-se por propaganda política uma instrumentalização voltada para esfera política que envolve desde questões partidárias a governamentais (PERAZZO-ROSSETTI *et al.*, 2015). Para (LINDVALL, TEORELL, 2016) a propaganda é um instrumento necessário e eficaz sobre a natureza do poder na sociedade moderna. A propaganda em si é um forte instrumento de poder político que faz uso de força física e simbólica na tentativa de persuasão e controle sobre o conjunto da vida coletiva, atuando como precursor de sensibilidades levando a paixão e domínio de massas, em suma é compreendida como o poder da sociedade (PEREIRA, 2003).

Diante do que fora apresentado e segundo o que argumenta (LINDVALL, TEORELL, 2016), a capacidade estatal pode ser empregada sob diversos aspectos, estando em

expansão em todo o cenário mundial. Observa-se neste estudo que além de identificar as produções com maior impacto e em quais países a produção científica se destaca, são feitas análises que consideram redes de coautoria, cocitação, e de co-ocorrência de palavras-chave.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

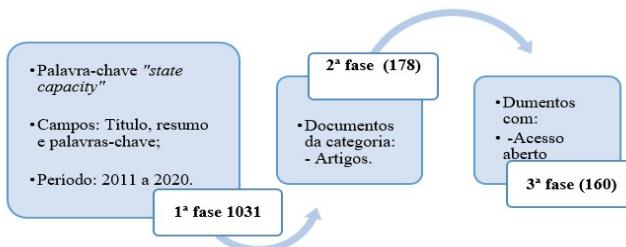
O presente estudo é descritivo e exploratório por verificar características de publicações realizadas no período de 2011 a 2020 evidenciando uma estrutura de rede existente entre os pesquisadores.

Os dados foram coletados a partir da base *Web Of Science* com abordagem do problema quantitativa-qualitativa. A abordagem quantitativa se dá quando é feita a seleção dos artigos dentro da base de dados, após a seleção os dados foram analisados. A abordagem qualitativa ocorre na classificação dos dados por trabalhos de maior impacto, instituições mais produtivas, rede de coautoria e cocitação. A ferramenta de levantamento, tratamento e análise dos dados utilizada foi a bibliometria que é uma técnica quantitativa e estatística que objetiva mensurar os índices de produção e mapeamento dos principais autores, periódicos e palavras-chaves de diversas áreas (COSTA et al., 2012). O procedimento técnico é de uma pesquisa de levantamento, tendo como instrumentos a planilha eletrônica Excel e o pacote *bibliometrix* que é uma “biblioteca” do R, em que a plataforma R Studio corresponde a um software estatístico para cálculos e gráficos (DOMINGUES et al., 2018).

A consulta inicial desta pesquisa se baseia em critérios estabelecidos pela busca sistemática dos documentos analisados, e resultou na coleta de dados em três fases a partir da busca dos termos em inglês (palavras-chave) *State Capacity*.

A primeira fase compreende a busca Booleana, que especificou o período de análise de 2011 até a data da extração em (28/09/2020) com pesquisas nos campos “título”, “resumo” e “palavra-chave”. A segunda fase consistiu em aplicar o procedimento para levantamento das referências e o elemento “and” como combinação das palavras-chave. Na terceira fase constou o portfólio das referências selecionadas. A base selecionada como critério de pesquisa foi a *Web Of Science*. O primeiro filtro aplicado incluiu a categoria “artigos” limitou a 178 documentos. O segundo filtro aplicado limitou a pesquisa às categorias de “acesso aberto” limitou a 160 documentos. Na figura 2 estão descritas algumas etapas para constituição da amostra do estudo.

Figura 2. Constituição da Amostra da Pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A partir da amostra coletada, foram realizados dois tipos de análise. A primeira análise dedicou-se a analisar a evolução temporal da produção científica, trazendo características como periódicos e autores que mais publicaram, assim como as obras de maior impacto, nesta fase utilizou-se a planilha eletrônica Excel para auxílio nas análises e R Studio por meio da biblioteca “*bibliometrix*”. No segundo momento foi realizado um mapeamento de redes de coautoria, cocitação e co-ocorrência de palavras-chave para tanto, foi utilizado o software *Vos Viewer* para visualização e estrutura das redes de conhecimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão discutidos os resultados gerais, como a evolução do termo capacidade estatal no decorrer do período pesquisado, os principais periódicos que publicam sobre o tema e seus principais autores e os artigos mais citados e por último discutem-se as análises de rede por meio de sua rede de coautoria e cocitação e co-ocorrências de palavras-chave.

4.1 Visão geral da pesquisa aplicada

A primeira informação analítica extraída dos dados coletados foram as informações gerais da pesquisa conforme tabela 1.

Tabela 1. Principais Informações Sobre os Dados da Pesquisa

Descrição	Resultados
MAIN INFORMATION ABOUT DATA	
Intervalo de tempo	2011:2020
Fontes (Jornais, Livros etc.)	109
Documentos	160
Anos médios de publicação	3,21
Média de citações por documentos	8,444
Média de citações por ano por documento	1,819
Referências	9142
TIPOS DE DOCUMENTO	
Artigo	147
Artigo; Capítulo de Livro	2
Artigo; Acesso recente	9
Artigo; papel do processo	2
CONTEÚDO DO DOCUMENTO	

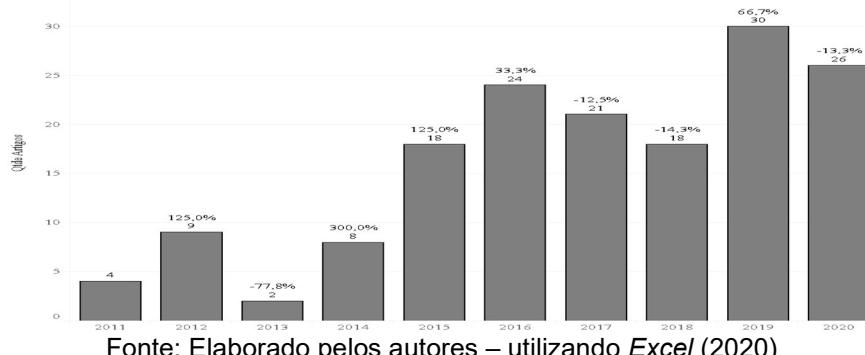
<i>Keywords Plus (ID)</i>	456
Autor Palavras Chaves (DE)	561
AUTORES	
Autores	348
Publicação de Autores	373
Autores de documentos de autoria única	41
Autores de documentos de autoria múltipla	307
COLABORAÇÃO DE AUTORES	
Documentos de autoria única	43
Documentos por autor	0,46
Autores por documento	2,17
Co-Autores por documentos	2,33
Índice de colaboração	2,62

Fonte: Elaborado pelos autores – utilizando *bibliometrix* (2020).

4.2 Evolução da produção científica

A análise de produção científica visa identificar a quantidade de artigos publicados sobre o tema em pesquisa em um determinado período. O Gráfico 1 demonstra a evolução da produção científica do tema Capacidade Estatal no período compreendido de 2011 a 2020.

Gráfico 1. Evolução da Produção Científica Sobre Capacidade Estatal (2011-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores – utilizando *Excel* (2020)

4.3 Produção Científica do País

A produção científica por país busca identificar as localidades geográficas a onde o tema pesquisado tem sua maior produção. A tabela 2 traz a quantidade de artigos por país, a frequência em relação ao total de artigos, a quantidade de artigos publicados unicamente por um país – SCP, a quantidade de publicações realizadas conjuntamente entre dois ou mais países – MCP e a relação da produção conjunta com a quantidade de artigos realizados pelo país – MCP_Ratio.

Tabela 2. Principais Países e Suas Publicações (2011-2020)

Países	Artigos	Frequência	SCP	MCP	MCP_Ratio
Estados Unidos	50	0,31646	30	20	0,4
Reino Unido	38	0,24051	18	20	0,526
Alemanha	10	0,06329	6	4	0,4
China	6	0,03797	5	1	0,167
Austrália	5	0,03165	2	3	0,6
Itália	5	0,03165	2	3	0,6
Suécia	5	0,03165	3	2	0,4
Brasil	4	0,02532	3	1	0,25
Países Baixos	4	0,02532	4	0	0
Canadá	3	0,01899	2	1	0,333
Hungria	3	0,01899	1	2	0,667
Noruega	3	0,01899	2	1	0,333
Bélgica	2	0,01266	2	0	0
Chile	2	0,01266	1	1	0,5
França	2	0,01266	0	2	1
Japão	2	0,01266	1	1	0,5
Peru	2	0,01266	2	0	0
África do Sul	2	0,01266	0	2	1
Turquia	2	0,01266	1	1	0,5
Colômbia	1	0,00633	0	1	1

Fonte: Elaborado pelos autores – utilizando *Bibliometrix* (2020).

Os Estados Unidos se destacam como centro de pesquisa sobre *State Capacity* com um total de 50 artigos publicados sobre o tema, representando um percentual de 31,65% de todos os artigos publicados (WEB OF SCIENCE, 2020). Fato que chama atenção é o Brasil figurar entre os 10 países mais produtivos e o primeiro país em termos de produção na América do Sul. Entre os europeus Reino Unido e Alemanha lideram as publicações.

Analizando as publicações realizadas por países em conjunto verifica-se uma contribuição relevante dos Estados Unidos com 20 artigos realizados representando 40% de suas publicações. Empatado com os Estados Unidos vem o Reino Unido com a mesma quantidade de artigos, mas com um percentual de 52,6% em relação a produção própria. O Brasil no quesito de produção em conjunto figura com 25% de sua produção científica.

4.4 Afiliações mais relevantes

As afiliações são as instituições que detém em seus quadros de colaboradores os autores dos artigos. A tabela 3 apresenta o nome das instituições, a quantidade de artigos pertencentes à mesma e o país na qual estão localizadas. Vale ressaltar que no caso em estudo se considerou a afiliação do primeiro autor.

Tabela 3. Afiliações Com Maior Produção Científica (2011-2020)

Afiliações	Artigos	PAÍSES
LONDON SCH ECON	7	REINO UNIDO
UNIV MANCHESTER	7	REINO UNIDO
CENT EUROPEAN UNIV	5	HUNGRIA
PONTIFICIA UNIV CATOLICA PERU	5	PERU
UNIV CAMBRIDGE	5	REINO UNIDO
UNIV ESSEX	5	REINO UNIDO

UNIV OXFORD	5	USA
UNIV WARWICK	5	REINO UNIDO
BOCCONI UNIV	4	ITÁLIA
COLUMBIA UNIV	4	USA
LUDWIG MAXIMILIANS UNIV MUNCHEN	4	ALEMANHA
UNIV AMSTERDAM	4	PAÍSES BAIXOS
UNIV ARIZONA	4	USA
UNIV CALIF BERKELEY	4	USA
UNIV ILLINOIS	4	USA
UNIV MICHIGAN	4	USA
UNIV SUSSEX	4	REINO UNIDO
ARIZONA STATE UNIV	3	USA
HARVARD UNIV	3	USA
PRINCETON UNIV	3	USA

Fonte: Elaborado pelos autores – utilizando *Bibliometrix*

O Reino Unido possui 3 instituições dentro das 5 mais influentes na produção científica, sendo que a London Sch Econ conta em seus quadros com o terceiro autor mais influente Andriani L. e a Univ Manchester com o segundo, o autor Savoia. O autor mais influente, Reinsere é afiliado à Universidade de Cambridge. Nota-se que mesmo os Estados Unidos sendo o principal produtor no tema em questão, os principais pensadores se encontram afiliados a instituições do Reino Unido. Entretanto a pesquisa nos Estados Unidos está distribuída entre várias instituições. Hungria, Itália, Alemanha, Peru e Países Baixos concentram a pesquisa do tema em uma única instituição.

4.5 Obras de Maior Impacto

Ao observar a tabela 4 são dispostas as obras presentes na amostra do estudo que obteve maior influência na pesquisa sobre capacidade estatal. O critério utilizado foi o número de citações superior a 130 no período analisado.

Tabela 4. Obras de Maior Impacto

AUTOR	TÍTULO ARTIGO	PERIÓDICO	CITAÇÃO
Reinsere, B; Stubbs, T; Kentikelenis, A; King, L	The World System and the Hollowing Out of State Capacity: How Structural Adjustment Programs Affect Bureaucratic Quality in Developing Countries (REINSERE et al., 2019)	Am. J. Sociol.	190
Becker, SO; Pfaff, S; Rubin, J	Causes and consequences of the Protestant Reformation (BECKER et al., 2016)	Explor. Econ. Hist.	187
Garland, D	Penal controls and social controls: Toward a theory of American penal exceptionalism (GARLAND, 2020)	Punishm. Soc.	173
Thornhill, C; Smirnova, M	Litigation and political transformation: the case of Russia (THORNHILL & SMIRNOVA, 2018)	Theory Soc.	160
Bustikova, L; Corduneanu-Huci, C	PATRONAGE, TRUST, AND STATE CAPACITY The Historical Trajectories of Clientelism (BUSTIKOVA, CORDUNEANU-HUCI, 2017)	World Polit.	145
Bustikova, L; Corduneanu-Huci, C	Patronage, Trust, and State Capacity The Historical Trajectories of Clientelism (BUSTIKOVA, CORDUNEANU-HUCI, 2017)	World Polit.	144
Sng, TH; Moriguchi, C	Asia's little divergence: state capacity in China and Japan before 1850 (SNG, MORIGUCHI, 2014)	J. Econ. Growth	143

Daoud, A; Reinsere, B; Kentikelenis, AE; Stubbs, TH; King, LP	The International Monetary Fund's interventions in food and agriculture: An analysis of loans and conditions (DAOUD et al., 2019)	Food Policy	137
Pedriana, N; Stryker, R	From Legal Doctrine to Social Transformation? Comparing US Voting Rights, Equal Employment Opportunity, and Fair Housing Legislation (PEDRIANA, STRYKER, 2017)	Am. J. Sociol.	133
Bardhan, P	State and Development: The Need for a Reappraisal of the Current Literature (BARDHAN, 2016)	J. Econ. Lit.	133
		Total	1.545

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

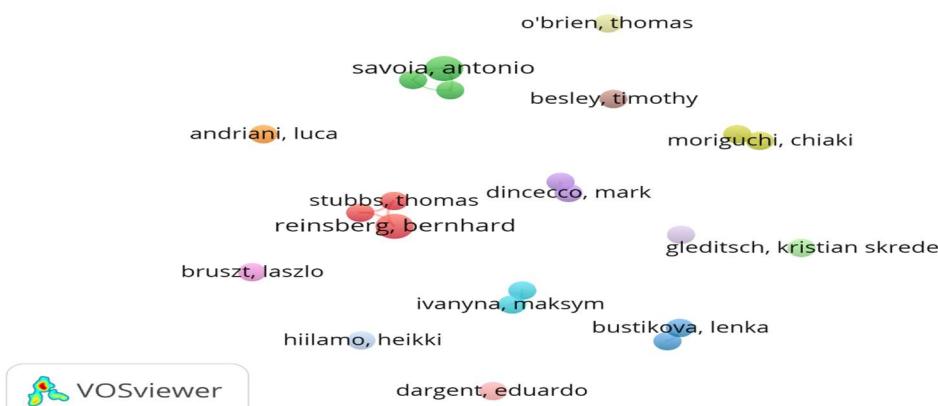
Com 190 citações, o trabalho com maior impacto foi de *Reinsere, B; Stubbs, T; Kentikelenis, A; King, L. - The World System and the Hollowing Out of State Capacity: How Structural Adjustment Programs Affect Bureaucratic Quality in Developing Countries* publicado pelo periódico *Am. J. Sociol* é uma obra do campo da sociologia que relaciona a capacidade do estado ao desenvolvimento. Em seguida, o artigo de Becker, SO; Pfaff, S; Rubin, J - *Causes and consequences of the Protestant Reformation* com 187 citações. O terceiro artigo com obra com maior impacto com 173 citações é de autoria *Garland, D - Penal controls and social controls: Toward a theory of American penal exceptionalism*.

Os outros 7 artigos tiveram aproximadamente mais de cem citações cada, são eles dispostos em ordem decrescente de citação: *Thornhill, C; Smirnova, M - Litigation and political transformation: the case of Russia; Bustikova, L; Corduneanu-Huci, C - PATRONAGE, TRUST, AND STATE CAPACITY The Historical Trajectories of Clientelism; Bustikova, L; Corduneanu-Huci, C - Patronage, Trust, and State Capacity The Historical Trajectories of Clientelism; Sng, TH; Moriguchi, C - Asia's little divergence: state capacity in China and Japan before 1850; Daoud, A; Reinsere, B; Kentikelenis, AE; Stubbs, TH; King, LP - The International Monetary Fund's interventions in food and agriculture: An analysis of loans and conditions; Pedriana, N; Stryker, R - From Legal Doctrine to Social Transformation? Comparing US Voting Rights, Equal Employment Opportunity, and Fair Housing Legislation; Bardhan, P - State and Development: The Need for a Reappraisal of the Current Literature*. Nota-se que destes 10 artigos analisados que possui maior impacto os autores: *Reinsere, B.; Stubbs, T.; Kentikelenis, A. e King L.* aparece duas vezes em anos diferentes 2017 e 2020 e periódicos diferentes *Am. J. Sociol.* e *Food Policy* ambos sendo autores e co-autores da mesma obra, demonstrando sua relevância no estudo sobre capacidade estatal e parceria entre autores.

4.6 Rede de coautoria dos autores

Estudos como o de (MONTENEGRO, ALVES, 1997) sobre coautoria mostram que os trabalhos teóricos possuem menos colaboração entre autores do que trabalhos de natureza experimental. Contudo, demonstram que os trabalhos internacionais, são os que detém maior impacto e visibilidade, aumentando a produtividade e colaboração entre os pesquisadores (BALESTRIN et al., 2011).

Figura 3. Rede de coautoria dos autores (2011-2020)



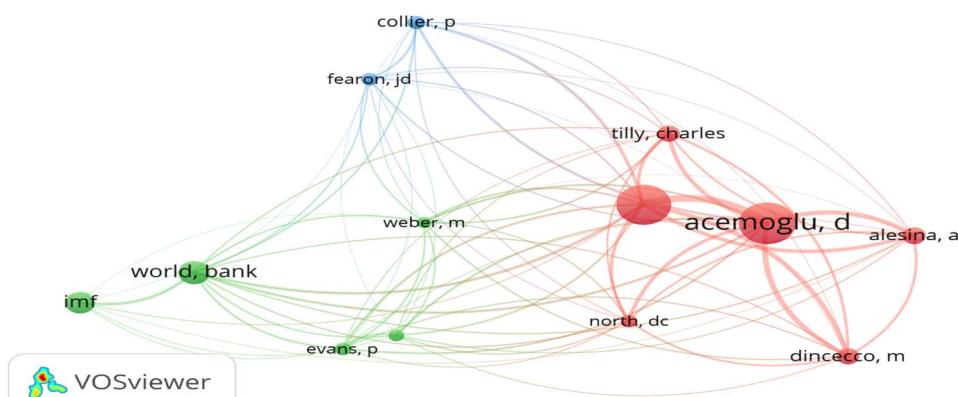
Fonte: Elaborado pelos autores – a partir da WOS e Vos Viewer (2020).

Para esta análise foram considerados autores que tiveram no mínimo 3 documentos nesta amostra e citados no mínimo 5 vezes. Produzindo uma rede com 14 clusters, destes 6 tiveram colaboração contendo uma dispersão no campo da pesquisa. O nó, ou seja, o círculo nessa rede representa a quantidade de artigos de cada autor. O cluster que contém mais nós, determina a colaboração dos autores entre si e aparecem em maior destaque na figura. Os autores que tiveram maior destaque no cluster 1 foram: *Kentikelenis, A.; Reinsere, B. e Stubbs, T.* No cluster 2 destacaram-se: *Asadullah, M., Savoia, A. e Sem, K.* O cluster 3 é constituído: *Bustikova, L. Corduneanu-huci, C.* No cluster 4 os autores em destaque são: *Moriguchi, C. e Sng, T.* O cluster 5 é constituído de: *Dincecco, M. e Vindigni e A.* E por fim o cluster 6 constitui-se dos seguintes autores: *Ivamyna, M. e Von Haldenwang, C.* Todos os demais 8 clusters possuem apenas 1 autor, esse resultado reforça a dispersão da produção no campo da capacidade estatal.

4.7 Rede de cocitação

A rede de cocitação, em sua forma absoluta ou relativa é um instrumento relevante para compreensão e visão de perspectivas subjacentes da comunidade científica, muito utilizada por estudos gerando significância na área pesquisada (GRÁCIO, OLIVEIRA, 2014). A análise de cocitação baseia-se quando ocorre citação de dois autores ou documentos e estes são evidenciados por uma rede de conhecimento em uma determinada área. Para que haja uma cocitação é necessário: dois autores quando citados juntos em uma literatura posterior indica que há uma proximidade de assuntos entre ambos, portanto, quanto mais houver cocitações, maior será a semelhança entre os citados (GRÁCIO, OLIVEIRA, 2014).

Figura 4. Rede de cocitação dos autores (2011-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores – a partir da WOS e Vos Viewer (2020).

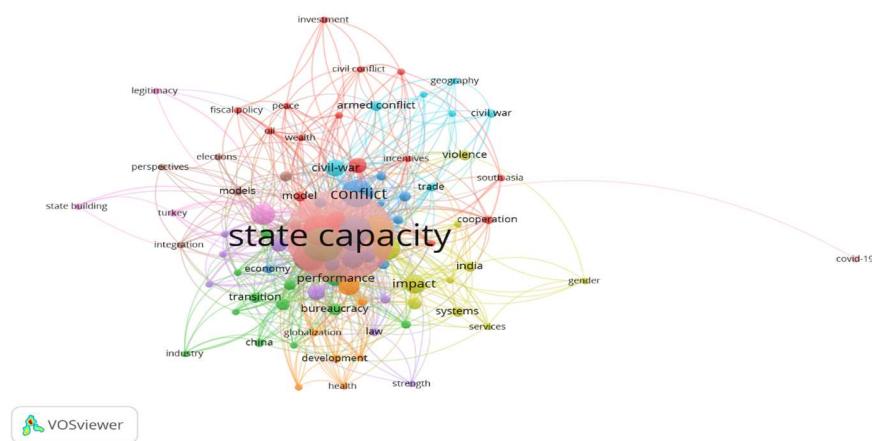
Ao analisar a figura 4 identifica-se os nós que evidenciam a quantidade de citação que o autor recebeu. A proximidade dos nós identifica que mais forte é a relação de cocitação entre os autores, ou seja, maior é o número de citação ou maior o número de autores que citaram ambos em conjunto.

Esta rede de cocitação é distribuída em três clusters. O primeiro cluster (vermelho) é constituído de seis itens e pelos respectivos autores: *Acemoglu, D.*, *Alesina, A.*, *Besley, T.*, *Dincecco, M.* e *North, Dc*. No segundo cluster (verde) contém cinco autores: *Evans, P.*, *Evans, Pb.*, *IMF*, *Weber, M.* e *World, Bank*. E por fim o terceiro cluster (azul) contendo dois autores: *Collier, P.* *Fearon, Jd.* As pesquisas realizadas por estes autores são direcionadas a utilização da capacidade estatal por meio de diferentes abordagens.

4.8 Rede de co-ocorrências de palavras-chave

Em uma relação de co-ocorrência utiliza-se o comportamento das palavras para demonstrar uma estrutura de ideias e outros problemas que se apresente por meio de um conjunto de documentos (WHITTAKER, 1989). Quando se analisa essas redes, é concebível mapear possíveis temáticas de pesquisa sobre capacidade estatal. Quanto maior for a proximidade entre ‘nós’ é maior a frequência de ocorrência de uma palavra-chave.

Figura 5. Rede de co-ocorrência de palavras-chave (2011-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores – a partir da WOS e Vos Viewer (2020).

A rede foi formada com palavras-chaves que contém no mínimo três ocorrências, com oitenta e oito nós, setecentos e oitenta e quatro links, totalizando umas mil e duzentas e duas ligações mais fortes entre os links organizados em dez *clusters*, no entanto aqui serão evidenciados apenas quatro *clusters* que possui maior relevância. As palavras demonstradas na figura são a que possui maior frequência e determina a parte central da análise.

O cluster 1 é formado por dezesseis nós, onde pode-se notar que as palavras de maior frequência de ocorrência são: *civil conflict, cooperation, economic shocks, economic-growth, economics, fiscal policy*. Observa-se que o termo capacidade estatal é central ao cluster e todas as palavras com maior frequência estão ligadas diretamente ao termo, sugerindo que este cluster tem pesquisado sobre conflito civil e economia, mas direcionada a capacidade estatal.

O conjunto de palavras inseridos no cluster 2 com treze nós, destacam-se pela vertente em que as pesquisas sobre capacidade estatal estão relacionadas mais para *bureaucracy, china, countries, democracy, european union, industry, performance*. A exemplo do cluster 1 a palavra capacidade estatal também é central a este cluster e demonstra uma direção de pesquisa diferente se comparado ao cluster anterior. É possível identificar que as pesquisas se voltam mais para questões burocráticas e de democracia e relacionado a indústria.

No *cluster* 3 teve um número de 13 nós e a ocorrência de frequência de palavras sugere que as pesquisas são direcionadas para *capacity*, *africa*, *conflict*, *consequences*, *economy*, *governamment*. A linha de pesquisa que tais palavras sugerem possui a capacidade estatal como central como os demais *clusters* e se volta para questões de conflitos e economia.

É possível verificar na figura que o termo Covid-19 está isolado e que se relaciona somente a capacidade estatal, embora possua grande evidência as pesquisas são inteiramente relacionadas a capacidade estatal, não possuindo qualquer link com os demais *clusters*.

O cluster Sul da Ásia, este cluster deixa em destaque palavras como: *consequences*, *índia*, *civil conflict*, *impact*, sugerem pesquisas voltadas para os conflitos e suas consequências e os impactos que causam de forma acentuada na Índia.

Quanto ao *cluster* América Latina, as palavras que possui mais frequência são: *reform, political-economy, globalization, development e education*. Sugerem que suas pesquisas são voltadas para área de economia com uma preocupação na área educacional espelho da deficiência na América Latina.

No *cluster* China, embora não sendo um continente, o seu volume de pesquisas é consideravelmente importante e possui destaque especialmente quanto ao termo a que se relaciona e aqui estudado de capacidade estatal. As palavras que possuem maior frequência como: *industry, performance, punishment, bureaucracy e reform*, por meio de suas pesquisas evidenciam muito de sua realidade demonstrado a partir das palavras que possuem maior destaque.

O *cluster* União Europeia quando analisado as palavras com maior frequência: *integration, policy, performance e bureaucracy* evidenciam sua relação direta com pesquisas sobre a capacidade estatal, que também se destaca no cluster 2 demonstrando esta variedade de contexto em que se insere o termo central.

Da análise do *cluster* África as palavras com maiores frequências apresentadas na figura são: *civil-war, conflict, economy, violence, armed conflict e political-economy*. A palavra África aparece com destaque também no *cluster* 3 relacionado a questões de conflito, violência constatando que várias pesquisas fundamentam e se relacionam diretamente a capacidade estatal que abordam as temáticas das palavras em destaque.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi investigar os artigos publicados sobre Capacidade Estatal no cenário mundial no período de 2011 a 2020, a partir da exploração de artigos publicados na base *web of science*. Observou-se que a pesquisa sobre capacidade estatal se encontra em plena expansão embora tenha tido variações no volume de artigos publicados ao longo do período pesquisado. Observou-se que há uma curva de tendência ao crescimento de publicações e incorporação do termo.

Dada a hegemonia dos Estados Unidos na diversidade de instituições que pesquisam, seu volume de artigos publicados é grande, contudo, é na Europa que se encontram os trabalhos com maior relevância para comunidade acadêmica mostrando que pesquisas sobre capacidade estatal e desenvolvimento está estreitamente ligada.

A rede de cocitação está organizada em torno de três clusters, sendo os principais autores *Acemoglu, D. Alesina, A.; Besley, T. Dincecco, M. e North, Dc.* As pesquisas realizadas por estes autores são direcionadas à utilização da capacidade estatal por meio de diferentes abordagens. A rede de coautoria dos autores organizou-se em quatorze clusters, demonstrando que há uma dispersão de colaboração entre os autores no campo da pesquisa.

Por fim, a rede de co-ocorrência de palavras-chaves evidenciou que todos os clusters possuem uma relação direta com capacidade estatal. Devido a pluralidade envolto da composição do conceito a capacidade estatal possui ocorrência em diferentes contextos e sobre diferentes perspectivas em todo o cenário mundial. Deste modo, a rede mostrou que há pesquisas sob diversos aspectos que se relacionam à capacidade estatal, muito embora como evidenciado há clusters específicos em todas as regiões do planeta que denotam especificidades em suas pesquisas. Tais ocorrências permitem concluir que os principais nichos de pesquisa abordam questões como desempenho, desenvolvimento, política e burocracia, com maiores contribuições vindo de estudos da União Europeia e dos Estados Unidos.

Uma limitação se deve ao construto teórico divergir conceitualmente, dada a pluralidade a que se utiliza o termo capacidade estatal, em que um pesquisador pode utilizar este termo em contextos variados e não convergentes. A investigação futura deverá explorar outros veículos de publicação científica. Considerando o espaço temporal do estudo para fins de gerar novos conhecimentos sobre capacidade estatal, possibilitando a comparação com outros cenários que poderão explicitar novas lacunas teóricas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBA, J. R. La promoción económica regional: el caso de los incentivos económicos a la inversión y al empleo en Andalucía : análisis para el periodo 1988-1995. *Revista de Estudios Regionales*, 52, 77–106. 1998.

BALESTRIN, L., DOUTOR, E., UFRGS, E. A. *Co-Autoria em Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade no Brasil : Uma Década em Análise Co-Authorship in Teaching and Research in Administration and Accounting in Brazil : A Decade in analysis.* 1, 1–28. 2011.

BARDHAN, P. State and development: The need for a reappraisal of the current literature. *Journal of Economic Literature*, 54(3), 862–892. <https://doi.org/10.1257/jel.20151239>. 2016.

BATISTA, C. L. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. *Intexto*, 26, 204–222. 2012.

BECKER, S. O., Pfaff, S., & Rubin, J. *Causes and Consequences of the Protestant Reformation* *. <http://wrap.warwick.ac.uk/80754> 2016.

BESLEY, T., PERSSON, T. Fragile states and development policy. *Journal of the European Economic Association*, 9(3), 371–398. 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1542-4774.2011.01022.x>

BOYNE, G. A. What is public service improvement? *Public Administration*, 81(2), 211–227. 2003. <https://doi.org/10.1111/1467-9299.00343>

BUSTIKOVA, L., CORDUNEANU-HUCI, C. Patronage, trust, and state capacity: The historical trajectories of clientelism. *World Politics*, 69(2), 277–326. 2017. <https://doi.org/10.1017/S0043887116000265>

CARDENAS, M., ESLAVA, M., RAMIREZ, S. Why internal conflict deteriorates state capacity? Evidence from Colombian municipalities. *Defence and Peace Economics*, 27(3), 353–377. 2016. <https://doi.org/10.1080/10242694.2014.955668>

CARDOSO, A. L. R., MARENCO, A. Qualidade Burocrática e Performance Estatal: desvendando a caixa preta do município. *Administração Pública e Gestão Social*, 4(11), 1–21. 2019. <https://doi.org/10.21118/apgs.v11i4.6318>

CINGOLANI, L. *The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures UNU-MERIT Working Paper Series AFD-MGSoG/UNU-Merit Working Paper Series on « Institutions, Governance and Long term Growth ».* <http://mgsog.merit.unu.edu>, 2013.

CINGOLANI, L., THOMSSON, K., DE CROMBRUGGHE, D. Minding weber more than ever? The impacts of state capacity and bureaucratic autonomy on development goals. *World Development*, 72(June 2013), 191–207.
<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.02.016>

COSTA, T., LOPES, S., FERNÁNDEZ-LLIMÓS, F., AMANTE, M. J., LOPES, P. F. A *Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas*. 2012.

DAOUD, A., REINSERE, B., KENTIKELENIS, A. E., STUBBS, T. H., KING, L. P. The International Monetary Fund's interventions in food and agriculture: An analysis of loans and conditions. *Food Policy*, 83, 204–218. 2019.
<https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2019.01.005>

DARGENT, E., FELDMANN, A. E., LUNA, J. P. Greater state capacity, lesser stateness: Lessons from the Peruvian commodity boom. *Politics and Society*, 45(1), 3–34. 2017.
<https://doi.org/10.1177/0032329216683164>

EVANS, P. O Estado como problema e solução. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 28–29, 107–157. 1993. <https://doi.org/10.1590/s0102-64451993000100006>
 GARLAND, D. Penal controls and social controls: Toward a theory of American penal exceptionalism. *Punishment and Society*, 22(3), 321–352. 2020.
<https://doi.org/10.1177/1462474519881992>

GOMIDE, A. A. Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des)vantagens comparativas do Brasil. *Capacidades Estatais Em Países Emergentes o Brasil Em Perspectiva Comparada*, January 2016.

GOMIDE, A. DE Á., PEREIRA, A. K. Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 935–955. 2018.
<https://doi.org/10.1590/0034-761220170006>

GRÁCIO, M., OLIVEIRA, E. Estudos de Análise de Cocitação de Autores: uma abordagem teórico-metodológica para a compreensão de um domínio. *Curriculum Lattes*. 2014.

HANSON, J., SIGMAN, R. Leviathan's Latent Dimensions: Measuring State Capacity for Comparative Political Research. *Manuscript, Maxwell School of Citizenship and Public Affairs, Syracuse University*, 1–41. 2013.
http://faculty.maxwell.syr.edu/johanson/papers/hanson_sigman13.pdf

HARTLEY, K., JARVIS, D. S. L. Policymaking in a low-trust state: legitimacy, state capacity, and responses to COVID-19 in Hong Kong. *Policy and Society*, 39(3), 403–423. 2020. <https://doi.org/10.1080/14494035.2020.1783791>

LEE, A. Land, State Capacity, and Colonialism: Evidence From India. *Comparative Political Studies*, 52(3), 412–444. 2019. <https://doi.org/10.1177/0010414018758759>

LINDVALL, J., TEORELL, J. STATE CAPACITY AS POWER: A CONCEPTUAL FRAMEWORK *University September*, 2016. 1–32. 2016.

MARENCO, A. Burocracias Profissionais Ampliam Capacidade Estatal para Implementar Políticas? Governos, Burocratas e Legislação em Municípios Brasileiros. *Dados*, 60(4), 1025–1058. 2017. <https://doi.org/10.1590/001152582017141>

MARENCO, A., STROHSCHOEN, M. T. B., JONER, W. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, 25(64), 3–21. 2017. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256401>

MONTENEGRO, M. R., ALVES, V. A. F. Critérios de autoria e coautoria em trabalhos científicos. *Acta Botanica Brasilica*, 11(2), 273–276. 1997. <https://doi.org/10.1590/S0102-33061997000200014>

OLVERA, J. G., AVELLANEDA, C. N. Subnational Government Performance: Testing Multiple Dimensions of Governors' Experience. *Public Administration Review*, 79(3), 383–398. 2019. <https://doi.org/10.1111/puar.13035>

PEDRIANA, N., STRYKER, R. From legal doctrine to social transformation? Comparing U.S. voting rights, equal employment opportunity, and fair housing legislation. *American Journal of Sociology*, 123(1), 86–135. 2017. <https://doi.org/10.1086/692094>

PERAZZO-ROSSETTI, G.-F., FERREIRA PERAZZO, P., ROSSETTI, R. Propaganda política e comercial: algumas aproximações PROPAGANDA POLÍTICA E COMERCIAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES. *HOLOGRAMATICA*, 23, 43–61. 2015. www.hologramatica.com.ar

PEREIRA, W. P. Cinema E Propaganda Política No Fascismo, Nazismo, Salazarismo E Franquismo. *História: Questões & Debates*, 38(1), 101–131. 2003. <https://doi.org/10.5380/his.v38i0.2716>

PIÑA, G., & AVELLANEDA, C. N. *Local Government Effectiveness: Assessing the Role of Administrative Capacity*. 340, 1–41. 2017.

POSSAMAI, A. J., MENEZES, D. B. Informação, capacidade estatal e democracia: uma discussão sobre a Sociedade da Informação. *Seminário Internacional de Ciência Política*, 1–25. 2015.

REINSERE, B., KENTIKELENIS, A., STUBBS, T., HOLLOWAY, R., KING, L., FORSTER, T., RIVERA, H., WALTER, S., ZIAJA, S. The World System and the Hollowing Out of State Capacity: How Structural Adjustment Programs Affect Bureaucratic Quality in Developing Countries 1. In *AJS* (Vol. 124, Issue 4). 2019. <http://www.journals.uchicago.edu/t-and-c>

ROBERTI, P. State capacity and repression: A model of colonial rule. *European Economic Review*, 113, 247–264. 2019. <https://doi.org/10.1016/j.eurocorev.2019.01.007>

ALBA, J. R. La promoción económica regional: el caso de los incentivos económicos a la inversión y al empleo en Andalucía : análisis para el periodo 1988-1995. *Revista de Estudios Regionales*, 52, 77–106. 1998.

SKOCPOL, T. States and social revolutions: A comparative analysis of France, Russia, and China. In *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge University Press. 2014.

<https://doi.org/10.1017/CBO9780511815805>

SNG, T. H., MORIGUCHI, C. Asia's little divergence: state capacity in China and Japan before 1850. *Journal of Economic Growth*, 19(4), 439–470. 2014.

<https://doi.org/10.1007/s10887-014-9108-6>

THORNHILL, C., SMIRNOVA, M. Litigation and political transformation: the case of Russia. *Theory and Society*, 47(5), 559–593. 2018. <https://doi.org/10.1007/s11186-018-9327-5>

TRIGO, A. M., VIANNA, E. C. A Importância Dos Incentivos Econômicos No Processo De Licenciamento Ambiental. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 3(2), 296. 2014. <https://doi.org/10.19177/rgsa.v3e22014296-314>

WHITTAKER, J. Creativity and Conformity in Science: Titles, Keywords and Co-word Analysis. *Social Studies of Science*, 19(3), 473–496. 1989.
<https://doi.org/10.1177/030631289019003004>

WU, X., RAMESH, M., HOWLETT, M. Policy capacity: A conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. *Policy and Society*, 34(3–4), 165–171. 2015. <https://doi.org/10.1016/j.polsoc.2015.09.001>